



## RELATÓRIO SEMESTRAL SETEMBRO 2012

### EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(Alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais)

4. M. CASTELO DE PAIVA  
PRESENTE NA REUNIÃO DE 10/05/13  
DELIBERAÇÃO  
A A.M. Tomou  
Conhecimento  
R. Silva

C. M. CASTELO DE PAIVA  
PRESENTE NA REUNIÃO DE 2013.05.09  
DELIBERAÇÃO  
Deliberação da maioria, q a obtenção  
dos Vereadores do P.S.O. emitir  
parecer favorável ao Relatório  
e submetê-lo a aprovação  
da A. Municipal.  
V. J. Almeida

## **ÍNDICE**

1	INTRODUÇÃO .....	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA .....	3
2.1	BALANÇOS .....	3
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	6
2.2.1	PROVEITOS .....	8
2.2.2	CUSTOS .....	10
2.2.3	RESULTADOS .....	11
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA.....	12
2.4	INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO....	14
3	CONCLUSÃO .....	17

## 1 INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município de Castelo de Paiva.

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) que incluía a contracção de um empréstimo bancário, foram aprovados pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respectivamente em 27/09/2010 e 28/10/2010. Porém, como o Município obteve o visto do Tribunal de Contas a 04/03/2011, só a partir desta data, não só, tinha a possibilidade de contrair o empréstimo no valor total de 9.600.000 Euros junto da Caixa Geral de Depósitos (4.800.000 Euros) e Millennium BCP (4.800.000 Euros), como também, está obrigado a tomar as medidas económicas e financeiras necessárias ao cumprimento do PSF. Importa notar que o Município até à data apenas utilizou 7.300.000 Euros do empréstimo de saneamento financeiro (CGD - 2.500.000 Euros; Millennium BCP: 4.800.000 Euros). Foram pagas, até 30/09/2012, todas as dívidas constantes da listagem anexa ao contrato de empréstimo saneamento com excepção dos seguintes processos que se encontram em contencioso: Acácio da Caridade Ferreira & Irmão, S.A. - 261.246,76 Euros e Junta de Freguesia do Paraíso - 39.884 Euros.

Importa, porém, referir que o trabalho de análise ao cumprimento do plano de saneamento financeiro se afigura deveras complicado, já que, temos de um lado valores e saldos reportados a 31/12/2012 (os constantes das Demonstrações Financeiras do PSF) e do outro, dados que têm por referência o balancete de 30/9/2012. Por outro lado, para efeitos de comparabilidade, não temos demonstrações financeiras credíveis à data de 30/9/2011.

Esta análise de comparabilidade dos efeitos das medidas de saneamento é, por isso, ainda limitada, devido ao facto de a mesma ser feita a uma parcela do ano económico. Assim, pensamos que só no final de 2012 será possível efectuar verdadeiras comparações em relação ao PSF.

Deste modo, vamos tentar ultrapassar alguns daqueles constrangimentos, de modo a não pôr em causa a comparabilidade dos valores constantes dos mapas que iremos apresentar.

Por isso, a análise efectuada nos pontos seguintes **limita-se a informar o valor das contas do Balanço de 2012 e a evidenciar o comportamento e a tendência das várias rubricas da conta de Resultados.**

## **2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA**

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os indicadores económico financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e os desvios eventualmente verificados.

### **2.1 BALANÇOS**

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Porém, esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). Assim, é extraordinariamente difícil e falível uma qualquer análise comparativa entre um Balanço no final de 2012 (incluído no PSF), com um Balanço elaborado com base nos dados a 30 de Setembro (reais). Desta forma, entendemos que alguma comparação adicional poderá ser efectuada no relatório anual de 2012, quando já estiverem disponíveis Demonstrações Financeiras Reais de final do mesmo ano. No presente relatório, apenas evidenciaremos os valores relevantes, a título informativo, do Balanço elaborado com base no balancete real a 30/9/2012 face ao Balanço do PSF em 2012 (final do ano).

Mapa 1  
BALANÇOS

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% Desvio	Previsão PSF 2012	Real 9-2012	% Desvio	Notas
<b>ACTIVO</b>							
Imobilizado bruto	33.207.965	40.400.640	22	36.461.140	41.254.109	13	a)
Bens de dominio publico	3.009.590	6.380.382	112	3.009.590	6.382.415	112	
Im.Incor.	0	0	-	0	0	-	
Im. Corp.	19.833.888	30.543.133	54	23.087.063	31.290.627	36	
Inves.finan.	312.754	312.754	0	312.754	312.754	0	
Imob. curso	10.051.733	3.164.392	-69	10.051.733	3.268.313	-67	
Amoriza.acumula.	5.750.641	6.305.158	10	6.872.271	7.146.381	4	
Existencias	172.304	146.655	-15	174.027	160.485	-8	
Matérias-primas	172.304	146.655	-15	174.027	160.485	-8	
Mercadori.	0	0	-	0	0	-	
Outros	0	0	-	0	0	-	
Prov.p/dep. exist.	0	0	-	0	0	-	
Div. terce. M/L prazo	0	0	-	0	0	-	
Div. terc. curto pz	125.543	277.413	121	127.596	267.149	109	
Clientes	125.543	165.055	31	127.596	163.060	28	
Outros	0	112.358	-	0	104.089	-	
Prov. p/cobr. duv.	0	46.193	-	0	46.193	-	
Disponibilidades	1.798.411	1.725.911	-4	1.658.188	2.188.055	32	
Acores. diferim.	159.155	408.011	156	159.155	0	-100	
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>29.712.737</b>	<b>36.607.279</b>	<b>23</b>	<b>31.707.835</b>	<b>36.677.223</b>	<b>16</b>	
<b>PASSIVO</b>							
Provisoes p/riscos enc.	0	1.051.802	-	0	1.051.802	-	a)
Dívidas 3ºM/L prazo	14.976.382	12.973.657	-13	14.103.055	12.639.883	-10	
Div. inst.crédito	14.883.905	12.973.657	-13	14.028.419	12.639.883	-10	
Div. Forn. Imob.	92.477	0	-100	74.636	0	-100	
O. dívidas	0	0	-	0	0	-	
Dívidas 3º Curto pz	551.565	2.376.390	331	556.152	1.529.199	175	
Div. inst.crédito	0	0	-	0	0	-	
Fornecedores	242.080	706.310	192	244.501	315.313	29	
E.E.P	51.397	29.948	-42	53.447	31.571	-41	
O. dívidas	258.088	1.640.131	535	258.204	1.182.315	358	
Acréscimos custos	827.881	594.330	-28	827.881	197.956	-76	
Proveitos Diferidos	9.124.877	8.186.249	-10	10.196.589	8.297.691	-19	
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>25.480.705</b>	<b>25.182.429</b>	<b>-1</b>	<b>25.683.657</b>	<b>23.716.531</b>	<b>-8</b>	
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>							
Patrimônio	13.550.444	13.550.444	0	13.550.444	13.550.444	0	a)
Reservas	906.676	942.573	4	906.676	942.573	4	
Resultados Trans.	-12.014.168	-2.632.280	-78	-10.225.089	-3.068.168	-70	
Resultados Liq.	1.789.079	-435.888	-124	1.792.146	1.535.843	-14	
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>4.232.032</b>	<b>11.424.850</b>	<b>170</b>	<b>6.024.178</b>	<b>12.960.693</b>	<b>115</b>	
<b>TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>29.712.737</b>	<b>36.607.279</b>	<b>23</b>	<b>31.707.835</b>	<b>36.677.223</b>	<b>16</b>	

Notas:

a) Foi incluído o saldo da conta Compras no valor de 29.682,94 Euros.

No que diz respeito ao **Activo**, se compararmos os valores reais do Imobilizado bruto de Setembro de 2012 e do final de 2011, constata-se que o Município investiu um valor inferior aos meios libertos gerados no período considerado.

Ao nível das outras rubricas mais relevantes do Activo verifica-se que o valor das disponibilidades é suficiente, neste momento, para pagar o valor das dívidas de curto prazo.

Ao nível do **Passivo de MLP** verifica-se que o valor das dívidas em Setembro 2012 é inferior ao valor previsto no PSF para o final de 2012. Esta diferença positiva corresponde aos efeitos conjugados, de sentido contrário, da não utilização a totalidade do empréstimo de saneamento financeiro (2.300.000 Euros) e do valor das prestações contratuais vincendas que serão pagas até ao final de 2012.

Importa notar que foi constituída uma provisão para processos judiciais em curso, não prevista no PSF, no valor de 1.051.801,66 Euros.

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2012.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Refira-se que estamos perante **valores reportados a períodos temporais diferentes**, pelo que uma análise descuidada enfermará de vários e evidentes vícios.

**Mapa 2**  
**Demonstração de Resultados**

	Previsão PSF 2011	Real 2011	% dev.	Previsão PSF 9-2012	Real 9-2012	% dev.	Notas
Vendas	506.035	627.849	24	389.072	241.520	-38	a)
Produtos	506.035	627.849	24	389.072	241.520	-38	
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	
Prestação serviços	350.888	388.149	5	285.798	437.141	64	
Outros Prov. e Ganhos Operacionais	350.881	356.681	2	285.641	181.288	-32	
Var. da Produção	0	0	-	0	0	-	
Impostos e Taxas	1.177.524	894.914	-24	900.812	1.079.690	20	
Transferências e Sub. Obtidos	6.323.321	6.484.530	3	4.789.916	4.424.888	-8	
Trabalhos Própria Entidade	982.830	0	-100	752.069	0	-100	
Prov. ganhos fin. explo.	0	0	-	0	0	-	
dif. cambio desfav.	0	0	-	0	0	-	
descon. pp obtidos	0	0	-	0	0	-	
<b>TOTAL PROVEITOS</b>	<b>9.701.279</b>	<b>8.732.125</b>	<b>-10</b>	<b>7.383.307</b>	<b>6.364.506</b>	<b>-14</b>	
C.M.V	329.101	303.442	-8	249.294	214.404	-14	
Mercadorias	0	0	-	0	0	-	
Produtos	329.101	303.442	-8	249.294	214.404	-14	
Form. Serv. Ext.	2.435.825	2.884.729	18	1.845.137	1.583.955	-14	
Subcontratos	433.421	466.583	8	328.317	303.467	-8	
Trabalhos Especializados	9.019	184.174	1.720	6.832	148.274	2.070	
Electricidade/Combustíveis	514.926	859.498	67	390.057	423.811	9	
Conservação e Reparação	6.404	17.842	179	4.851	1.459	-70	
O.F.S.E	1.472.054	1.376.631	-6	1.115.081	706.945	-37	
Custos c/pessoal	3.008.411	2.866.677	-5	2.279.630	2.132.681	-6	
Amortizações	963.972	1.110.655	15	841.223	841.223	0	
Provisões	0	246.931	-	0	0	-	
Transf. e subs. correntes concedidos	608.020	845.329	39	460.575	427.562	-7	
O. custos exploração	66.660	171.035	157	50.495	65.454	30	
Cus. perdas fin. explora	0	0	-	0	0	-	
difere. cambio desfav.	0	0	-	0	0	-	
desc. pp concedidos	0	0	-	0	0	-	
<b>TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO</b>	<b>7.412.989</b>	<b>8.428.798</b>	<b>14</b>	<b>5.726.353</b>	<b>5.265.278</b>	<b>-8</b>	
<b>RESULTADOS EXPLORA.</b>	<b>2.288.290</b>	<b>303.326</b>	<b>-87</b>	<b>1.636.953</b>	<b>1.099.227</b>	<b>-33</b>	
Prov. e ganhos extraor.	501.825	304.560	-39	438.481	799.277	82	
Cust. e perdas extraord.	447.450	603.616	35	338.943	164.378	-52	
<b>R. ANTES FUN. FINANC.</b>	<b>2.342.665</b>	<b>4.270</b>	<b>-100</b>	<b>1.736.491</b>	<b>1.734.126</b>	<b>0</b>	
Prov. e ganhos finance.	12.040	5.391	-55	9.120	2.243	-75	
Cust. e perda financ.	565.626	445.549	-21	401.501	200.526	-60	
juros suportados	555.324	433.110	-22	383.698	194.769	-61	
outros	10.302	12.439	21	7.804	5.757	-26	
<b>RESULTADOS LIQUIDOS</b>	<b>1.789.079</b>	<b>-435.887</b>	<b>-124</b>	<b>1.344.110</b>	<b>1.535.843</b>	<b>14</b>	

**Notas:**

a) Assumimos, para efeitos comparativos, a previsão efectuada no PSF.



### 2.2.1 PROVEITOS

No que diz respeito à **“Venda de Produtos”** (água) está abaixo (38%) da previsão do PSF devido aos efeitos da sazonalidade e periodicidade do respectivo proveito.

Na rubrica de **“Prestação de Serviços”** verificou-se um incremento de 64% face à previsão do PSF devido, nomeadamente, à entrada em vigor no início do ano do regime tarifário da prestação do serviço de abastecimento de água, do serviço de saneamento de águas residuais urbanas e do serviço de recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos.

A rubrica de **“Outros Proveitos e Ganhos Operacionais”**, relativa a rendas de concessão da EDP, está abaixo (32%) da previsão do PSF devido aos efeitos da sazonalidade e periodicidade do respectivo proveito.

Na rubrica **“Impostos e taxas”** verificou-se um aumento de 20% face ao previsto no PSF, em resultado do aumento das receitas do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT). Relativamente ao IMI os respectivos proveitos até ao fim de Setembro de 2012 estão abaixo do estimado em virtude de ainda não terem sido implementadas as novas taxas para os prédios urbanos devolutos, em ruínas e degradados, porque o executivo municipal espera um aumento substancial nos próximos anos em resultado da avaliação geral dos prédios urbanos que está em curso.

Relativamente às **“Transferências e subsídios obtidos”** constata-se uma quebra de 8% face às previsões do PSF, decorrente da redução das transferências do Estado (Orçamento do Estado para 2012) acima do projectado. Importa notar que foram incluídos nesta rubrica 54.664,20 Euros de subsídios ao investimento que deveriam ter sido contabilizados na conta Proveitos Diferidos, de acordo com o Princípio da Especialização dos Exercícios do POCAL.

Em relação aos **“Trabalhos para a própria entidade”**, até ao fim de Setembro de 2012, ainda não foi contabilizado qualquer valor relativo a obras por administração directa efectuadas pelo Município devido à implementação da contabilidade analítica ainda estar numa fase embrionária.

A rubrica **“Proveitos e Ganhos Extraordinários”** apresenta um valor acima do previsto em cerca de 82%, apesar de ainda não terem sido contabilizados os movimentos dos proveitos diferidos – subsídios/transferências para investimentos (previstos 584.641 euros no ano). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base sistemática à medida

que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito, apenas, no final do ano de 2012.

A evolução descrita resultou de várias regularizações contabilísticas, no valor de 743.720,28 Euros, não previstas no PSF, que devem ser reavaliadas no final do ano de 2012.

Os **“Proveitos e Ganhos Financeiros”**, rubrica com um peso reduzido na estrutura de proveitos do Município, registaram uma diminuição de 75% face à previsão.

### 2.2.2 CUSTOS

Em relação ao **“Custo dos Produtos”** verificou-se uma redução de 14% face ao previsto devido, essencialmente, à implementação de medidas de racionalização na utilização de materiais nas obras efectuadas por administração directa.

Na conta de **“Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)”** podemos verificar um valor abaixo da projecção (14%), evolução a confirmar no relatório anual de 2012.

Em relação aos **“Custos com o Pessoal”** podemos verificar que estão 6% abaixo da estimativa do PSF, em resultado, nomeadamente, das medidas previstas nos últimos orçamentos de Estado. De destacar que se verificou a redução do número de colaboradores do Município prevista no PSF.

As reduções nas **“transferências e subsídios correntes”** e **“custos extraordinários”** (respeitantes, no seu essencial, a transferências de capital concedidas – 106.793,17 Euros) de 7% e de 52% face ao previsto no PSF, indiciam uma tendência favorável, a confirmar no relatório do final do ano, que poderá compensar desvios negativos noutras rubricas.

Os **“Outros custos de exploração”** (dizem respeito, no seu essencial, a quotizações – 55.735,88 Euros), apesar de não terem grande relevo na estrutura de custos do Município, registam uma tendência desfavorável de 30%.

Quanto aos **“Custos e Perdas Financeiras”** verificou-se uma diminuição de 50% face ao previsto, em virtude da quebra significativa das taxas Euribor face ao momento da elaboração do PSF, bem como pelo facto de não se ter utilizado a totalidade do empréstimo de saneamento financeiro.

### **2.2.3 RESULTADOS**

Em face do referido anteriormente, assistimos a uma **redução dos resultados operacionais** em virtude, principalmente, da diminuição das transferências e subsídios obtidos e de não se ter registado o proveito correspondente aos trabalhos para a própria entidade.

Todavia, os resultados líquidos apresentam um desempenho positivo (a confirmar no relatório do final de 2012), apesar dos já referidos resultados operacionais desfavoráveis, devido ao bom comportamento dos resultados extraordinários (regularizações contabilísticas positivas) e financeiros (redução de custos financeiros).

### 2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3  
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 9/2012 (anualizado)	Real 9/2012	% Desvio
<b>Recebimentos</b>			
Saldo da gerência anterior	1.551.989	1.725.911	11
Total receitas Orçamentais	7.907.093	6.928.905	-12
Receitas Correntes	4.973.497	5.292.762	6
Receitas de Capital	2.933.596	1.636.143	-44
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria		384.859	-
<b>Total Geral</b>	<b>9.459.082</b>	<b>9.039.675</b>	
<b>Pagamentos</b>			
Total despesas Orçamentais	8.012.261	6.496.712	-19
Despesa corrente	4.916.824	5.368.407	9
Despesa de Capital	3.095.437	1.128.305	-64
Operações de Tesouraria		354.908	-
Saldo para a gerência seguinte	1.446.822	2.188.055	51
<b>Total Geral</b>	<b>9.459.082</b>	<b>9.039.675</b>	

O valor das receitas correntes está acima do estimado em virtude, fundamentalmente, do aumento dos impostos e taxas.

As receitas de capital são inferiores às previstas no PSF devido, em particular, ao menor valor de subsídios ao investimento recebidos.

Em relação à despesa corrente assistimos a um aumento face ao esperado, em virtude de se terem pago dívidas arrastadas com o empréstimo de saneamento, enquanto a despesa de capital é inferior à prevista.

*Câmara Municipal de Castelo de Paiva*

Em 2012 existe desequilíbrio corrente porque parte do empréstimo de saneamento (receita de capital) serviu para pagar dívida corrente arrastada.

## 2.4 INDICADORES ECONÓMICO, FINANCEIROS E DE ENDIVIDAMENTO

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos os Mapa 4 e 5 com um conjunto de indicadores económico-financeiros e de endividamento.

Mapa 4  
Indicadores Económicos Financeiros

		2011 PSF	2011 Real	2012 PSF	9-2012 Real
FUNDO DE MANEIO	€	1.703.849	227.793	1.562.815	1.132.683
LIQUIDEZ GERAL	%	4	1	4	2
SOLVABILIDADE	%	17	45	23	55
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	14	31	19	35
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	103	96	102	99
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	-	211	-	96
P.M. PAGAMENTOS	Dias	30	77	30	45
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	36	58	36	63
CASH FLOW	€	2.753.051	921.699	2.185.332	1.633.345

**Nota:**

- a) O cash-flow apresentado na coluna "2012 PSF" é o valor anualizado a 30/9/2012.  
b) O cash-flow apresentado na coluna "9-2012 Real" foi expurgado de várias regularizações contabilísticas contabilizadas em Proveitos e Ganhos Extraordinários, no valor de 743.720,28 Euros, não previstas no PSF, que devem ser reavaliadas no final do ano de 2012.

Da análise do mapa anterior, na sequência do que já foi referido, podemos retirar as seguintes conclusões:

- Fundo de maneiço abaixo da previsão;
- Imobilizado adequadamente financiado por capitais permanentes;
- Prazos médios de pagamentos e recebimentos superiores ao previsto;
- Cash-Flow inferior à previsão do PSF no período.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes.

**Mapa 5**  
**Endividamento Municipal**

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcional	Excesso/Disp.	
		Líquido	M LP	Líquido	M LP		Líquido	M LP
		1	2	3	4	5	6=1-3	7=2-4
2011	Saneamento 31/12/2011	8.175.457	6.540.365	13.142.745	14.066.686	817.219	-4.967.289	-7.526.320
	Real 31/12/2011	7.437.032	5.949.626	11.149.171	12.156.883	816.775	-3.712.139	-6.207.257
	Real 31/12/2011 (art.º 53.º OE 2011) a)	11.714.329	9.379.679	11.149.171	12.156.883	816.775	565.157	-2.777.204
2012	Saneamento 31/12/2012	8.257.211	6.605.769	12.532.498	13.331.523	696.896	-4.275.287	-6.725.754
	Real 30/9/2012	7.209.167	5.767.333	9.364.129	11.883.291	756.592	-2.154.962	-6.115.958
	Real 30/9/2012 (art.º 66.º OE 2012) b)	11.149.171	9.101.959	9.364.129	11.883.291	756.592	1.785.042	-2.781.333

**Nota:**

a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 alterado pela Lei n.º 60-A/2011.

b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.

O valor do **endividamento líquido** diminuiu 1.785.042 Euros de 31/12/2011 para 30/09/2012, e está, nesta data, abaixo do valor previsto no PSF, no montante de 3.168.369 Euros. Tal facto deve-se às medidas tomadas pelo Executivo no sentido do cumprimento do PSF.

Como reflexo do referido anteriormente, verificou-se em Setembro do corrente ano, face ao verificado em 2011, uma evolução positiva do excesso de endividamento líquido (1.557.177 Euros), apesar da diminuição do respectivo limite (por quebra das receitas de 227.865 Euros) estabelecido pela LFL para 2012.

Por outro lado, o valor do endividamento de MLP que no final do ano de 2011 era, já, inferior ao previsto no PSF em 1.909.803 Euros devido à não utilização da totalidade do empréstimo de saneamento financeiro (não foram utilizados 2.300.000 Euros, e não foi



efectuada a amortização financeira antecipada no valor de 400.000 euros), apresenta em Setembro de 2012 uma redução de 273.592 Euros.

Importa notar que o endividamento de MLP do PSF no final de 2012 considera todos os reembolsos de capital efectuados no ano, o que não acontece com os valores reais no final de Setembro do corrente ano. Este facto, inviabiliza uma comparação, na data de referência do presente relatório, entre o PSF e os valores reais, devendo essa análise de desvio ser efectuada no fim de 2012.

Por outro lado, apesar da quebra do limite (182.292 Euros) dos Empréstimos de Médio e Longo Prazo estabelecido pela LFL, o excesso do seu endividamento MLP em 30/09/2012, é inferior em 91.300 Euros ao verificado em 2011, devido à diminuição do respectivo valor do endividamento de MLP.

Porém, devido à grave crise económica e financeira e consequente redução das transferências do Estado para os Municípios, o artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012 (à semelhança do artigo 53.º de 2011) determina que o calculo dos limites de endividamento líquido e de MLP seja feito de maneira diferente do que o previsto na LFL.

Assim, o **excesso de endividamento líquido, no valor de 2.154.962 Euros**, verificado em 30/09/2012, **converte-se num saldo disponível de 1.785.042 Euros**, na mesma data. Por outro lado, o excesso de endividamento de MLP no valor de 6.115.958 Euros converte-se num excesso de, apenas, 2.781.333 Euros naquela data.

Saliente-se que este aumento legal, em 2012, dos limites de endividamento de acordo com a Lei do O.E. (à semelhança do que se verificou com a Lei O.E. de 2011) e consequente redução do seu excesso é, apenas, um artifício que não veio melhorar a situação financeira dos Municípios, em particular, o de Castelo de Paiva.

### **3 CONCLUSÃO**

O Município de Castelo de Paiva, no final de Setembro de 2012, na sequência de medidas tomadas pelo actual executivo, necessárias e fundamentais ao equilíbrio e legalidade das suas finanças públicas, apresenta indicadores económico-financeiros (mapa 4) e de endividamento municipal (mapa 5) com uma tendência muito favorável, **para o cumprimento dos objectivos definidos no Plano de Saneamento Financeiro.**

Com efeito, apesar da redução das transferências do Estado, o Município não só, está a libertar fundos, que lhe permitem a realização de investimentos comparticipados, como também, a recuperar progressivamente o seu equilíbrio de tesouraria e financeiro que está reflectido e bem evidenciado no sinal positivo do seu fundo de maneo (com tendência crescente, face a 2011).

Por outro lado, a boa performance quer quanto à diminuição, face a 2011, do endividamento líquido e do seu excesso quer quanto à diminuição do endividamento MLP e do seu excesso demonstram uma tendência nítida para o cumprimento do disposto nos artigos 37 n.º 2 e 39 n.º 3 da Lei das Finanças Locais). Acresce que o artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012 (à semelhança do artigo 53.º do OE de 2011) vem permitir que **o Município de Castelo de Paiva apresente, em 30/09/2012, um saldo disponível de endividamento líquido no montante de 1.785.042 Euros e um excesso no endividamento de MLP de, apenas, 2.781.333 Euros.**